

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Paula da Silva Gomes

**PAUTAS IDENTITÁRIAS NO MOVIMENTO SOCIAL RURAL: IGUALDADE DE GÊNERO E
DIVERSIDADE RACIAL NO MST**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora
2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ANA PAULA DA SILVA GOMES**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201973133, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PAUTAS IDENTITÁRIAS NO MOVIMENTO SOCIAL RURAL: IGUALDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE RACIAL NO MST**, desenvolvido durante o período de Setembro de 2022 a Dezembro de 2022 sob a orientação LUIZ FLÁVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Ana Paula da Silva Gomes

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PAUTAS IDENTITÁRIAS NO MOVIMENTO SOCIAL RURAL: IGUALDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE RACIAL NO MST

Ana Paula da Silva Gomes¹

RESUMO

Na esteira das diversas transformações políticas, econômicas e sociais que se observam a partir do período denominado modernidade, temos também diversas transformações nos processos de identidade e subjetividade que cada indivíduo experiencia ao longo da vida. Nesse sentido, as pautas coletivas defendidas por movimentos sociais, tais como os movimentos em prol da reforma agrária, passam a ser interpeladas por agendas mais específicas, relacionadas à identidade dos indivíduos em termos de gênero, raça, classe, orientação sexual, dentro outros.

O presente trabalho traça um histórico de como as pautas identitárias, tais como a pauta feminista e as pautas raciais se estruturam nos movimentos sociais, com foco especialmente no Movimento dos Sem Terra (MST), que mobiliza diversos grupos sociais em prol da reforma agrária. A pesquisa aqui conduzida pode ser classificada como uma revisão bibliográfica, buscando analisar o estado da arte do tema proposto, com o objetivo de compreender os pressupostos teóricos já formulados por outros pesquisadores sobre a organização e mobilização social, formação do sujeito político e pautas identitárias. Buscamos desta forma estabelecer um histórico acerca da agenda de reivindicações do MST, mapeando o surgimento das demandas identitárias dentro do movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Raça, Identidade, Movimentos Sociais, MST

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais organizados em torno de pautas comuns surgem já no século XIX, mas se intensificam e adquirem caráter cada vez mais político no século XX, evidenciando as profundas transformações culturais, sociais e econômicas que levaram à busca pela emancipação das mulheres, contra a discriminação racial, em prol da distribuição de renda, do acesso à terra, do reconhecimento dos direitos dos povos originários, dentre diversas outras pautas.

Nesse sentido, o MST surge no final do século XX como um movimento organizado dos trabalhadores rurais em prol da Reforma Agrária, denunciando a exploração do trabalho camponês e a imensa desigualdade no acesso à propriedade rural que marca o Brasil desde os primórdios da sua colonização. Embora tenha surgido inicialmente como um movimento centrado em torno de um objetivo específico, o Movimento Sem Terra aos poucos expande sua área de atuação, incorporando em sua militância diversas outras pautas, tais como o feminismo, o combate à homofobia, a educação, a sustentabilidade, em consonância com transformações ocorridas nos movimentos sociais como um todo.

O crescimento de tais pautas dentro do MST pode ser considerado, como reflexo das transformações da sociedade contemporânea, caracterizada por Giddens (2005) como uma sociedade em constantes transformações, em que a autoidentidade dos indivíduos emerge como uma preocupação cada vez maior, influenciando inclusive aspectos como a mobilização política.

O objetivo do trabalho aqui proposto é traçar um histórico das pautas identitárias dentro do MST, e de que forma as pautas identitárias se relacionam com a mobilização política do grupo em prol da reforma agrária.

O MST surge no Brasil como resultado à intensificação da pobreza rural e a desigualdade no acesso à propriedade rural, processo que se arrasta desde os primórdios da formação do Estado brasileiro até os dias atuais. Embora tenha se iniciado como um movimento em prol da reforma agrária, o MST passou a abordar outras pautas, entendendo que a luta pela terra precisava estar ancorada na conquista plena da democracia e dos direitos dos indivíduos. Nesse sentido, a agenda do feminismo, do antirracismo e questões de gênero e diversidade sexual passaram a fazer parte das discussões dentro do movimento, que também se tornou uma organização coletiva importante e vocal, além de incorporar discursos em prol da agricultura sustentável.

2. DESENVOLVIMENTO

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: anapsgomes@hotmail.com>. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luiz Flávio Neubert

Antes de iniciar a discussão sobre a questão das pautas identitárias dentro dos movimentos sociais, é preciso abordar a temática da construção da identidade na sociedade contemporânea. Para conceituar esse tema, Giddens (2002) parte inicialmente da definição do que seria a modernidade. O autor define que a modernidade está relacionada às instituições e modos de vida que emergiram no ocidente após o período feudal, mas que se tornam mundializados especialmente a partir do século XX. A modernidade – entendida a partir de quatro dimensões, quer sejam o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar – gerou profundas mudanças, que Giddens (2002) classifica como consequências da modernidade: tais mudanças impactaram nas práticas sociais em escala mundial. Giddens aponta três mudanças principais: a primeira seria a separação do tempo e espaço, que deixam de ser interdependentes, o que possibilita também que as ações dos indivíduos tenham impacto para além da escala local. A segunda mudança seria o que Giddens chama de desencaixe das instituições, resultado do deslocamento das relações do eixo local para o local-global. O terceiro aspecto seria a reflexividade, que se refere ao modo como as práticas sociais são constantemente examinadas à luz de novos conhecimentos e informação. Embora essa reflexividade sempre tenha acontecido, Giddens considera que ela se acentua na modernidade, como consequência do aumento do fluxo de informações recebido pelos indivíduos a partir dos meios de comunicação:

A reflexividade da modernidade se estende ao núcleo do eu. Posto de outra maneira, no contexto de uma ordem pós-tradicional, o eu se torna um projeto reflexivo. Transições nas vidas dos indivíduos sempre demandaram a reorganização psíquica, algo que era frequentemente ritualizado nas culturas tradicionais na forma de ritos de passagem. Mas em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada — como quando um indivíduo saía da adolescência para a vida adulta. Nos ambientes da modernidade, por contraste, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social (GIDDENS, 2002, p. 37)

Nesse sentido, o processo reflexivo é acentuado pelas transformações ocorridas na modernidade e pela consequente ansiedade e insegurança gerados pelas mudanças constantes. A ontologia do sujeito emerge como uma preocupação de forma muito mais intensa do que em qualquer outro momento da história. A busca da autoidentidade, portanto, é um processo característico da modernidade, e trata-se de um processo ativo: “O eu é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável (...) Somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” (GIDDENS, 2002, p. 74). O processo de construção da autoidentidade é contínuo e perpassa toda a vivência do indivíduo: a todo momento o ser humano busca encontrar sentido no que faz, no que pensa, e é justamente essa segurança oriunda do conhecimento de si próprio que ajuda o indivíduo a encarar os desafios que se colocam em um mundo em constante mudança.

Entretanto, há que se entender também o papel político dessa identidade reflexiva: “Se a concepção do eu mínimo, em meio a conflitos, estiver correta, o eu não só estaria claramente separado da esfera política, mas seria constituído por uma rejeição defensiva da política em favor de um reino pessoal estritamente confinado (GIDDENS, 2002, p. 193). Entretanto, o próprio Giddens afirma que a construção reflexiva da autoidentidade possui implicações políticas. O autor define dois tipos de vida política associados aos processos de reflexividade e autoidentidade, os quais o autor denomina política emancipatória e política-vida. A política emancipatória seria para Giddens (2002) a movimentação em prol da libertação de sistemas opressivos, desigualdade e exploração. Trata-se da filiação política que rejeita os sistemas e amarras do tradicional que cerceiam as liberdades do indivíduo ou que o reduzam a condições precárias de vida. A política emancipatória surge da noção de poder e hierarquia, entendendo a necessidade de eliminar a dominação e exploração de um grupo sobre outro. Nesse sentido, nasce de uma noção de justiça, igualdade e liberdade:

Defino a política emancipatória como uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros. (GIDDENS, 2002, p. 194)

Por outro lado, a política-vida se refere à agência e possibilidade de escolha que os indivíduos podem exercer a partir do momento em que suas liberdades e oportunidades não estão cerceadas ou limitadas por

outros: “A política-vida não diz respeito principalmente às condições que nos libertam para que possamos escolher — ela é uma política da escolha. Enquanto que a política emancipatória é uma política das oportunidades de vida, a política-vida é uma política do estilo de vida.” (GIDDENS, 2002, p. 197). Sendo assim, a política emancipatória pode ser vista como uma preparação para a instituição da política-vida: em um mundo marcado por profundas desigualdades, para que as pessoas possam fazer escolhas é preciso antes igualar as oportunidades, eliminando as desigualdades e limitações em relação às escolhas que os indivíduos podem fazer a respeito da própria vida. Especialmente no contexto da alta modernidade em que vivemos, a política-vida tem implicações significativas: considerando as consequências da exploração de recursos naturais e as crises ambientais, as escolhas de estilo de vida a nível do indivíduo tem um impacto cada vez maior a nível global.

Costa e Ianni (2018) afirmam que o processo de individualização torna-se mais premente na sociedade moderna, quando a noção de indivíduo passa a se interpor à noção de coletivo. Na política, esse processo é reforçado no que as autoras denominam fragmentação das identidades coletivas em reivindicações individuais. Nesse sentido, as reivindicações políticas não mais se baseiam em concepções universalistas e genéricas, mas cada vez mais os indivíduos buscam políticas específicas inscritas nos campos da diversidade:

Os partidos políticos não representam mais as inúmeras identidades sociais, pois estas, na sociedade contemporânea, são individuais, são micrológicas. Não são mais as classes, mas sim os elementos que constituem suas particularidades: a de ser mulher, negro, homossexual, judeu e outras. A sociedade civil fragmentou-se em grupos identitários e, portanto, suas demandas são individualizadas (COSTA e IANNI, 2018, p. 36).

Nesse sentido, as demandas particulares e individuais passam a interpelar as demandas mais gerais e coletivas de grupos sociais: não é mais possível, nesse contexto, discutir a situação da mulher na sociedade a partir de questões genéricas sem entender as demandas específicas das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres trans, das mulheres pobres, dentre outras. Tampouco se pode discutir a situação das classes mais baixas sem compreender que a classe é perpassada também por questões de gênero, raça, educação, saúde, dentre outras. Em resumo, as políticas não mais podem considerar o coletivo sem entender que o coletivo é interpelado pelo individual. Assim, as demandas genéricas e coletivas de grupos sociais até então entendidos como grupos homogêneos passam a se fragmentar a partir do reconhecimento das identidades individuais e suas demandas.

A partir desses pressupostos, podemos observar que a política na contemporaneidade é fortemente influenciada pelo que alguns autores chamam de pautas identitárias. As pautas identitárias surgem do reconhecimento de que as agendas políticas dos indivíduos são construídas levando em conta sua auto-identidade como indivíduos pertencentes a uma determinada etnia, classe, gênero, religião, nacionalidade, dentre outros aspectos. Esse processo de torna mais intenso, segundo Costa e Ianni (2018) nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Qual o papel dessa fragmentação de pautas políticas dentro de um movimento social que surge como organização coletiva em prol de um único objetivo? No tópico seguinte abordaremos a questão do MST, desde suas origens como movimento social, passando pelas mudanças que o movimento experimenta ao longo de sua trajetória antes de abordar a questão das pautas identitárias dentro do movimento.

2.1. O Movimento Sem Terra

No cerne do que este artigo pretende abordar, está a questão das lutas dos movimentos sociais e o crescimento das chamadas pautas identitárias, que perpassam questões de raça ou etnia, gênero, orientação sexual, dentre outras. O foco deste trabalho é o crescimento de tais pautas dentro do MST, que é atualmente o maior movimento organizado de trabalhadores rurais, estando diretamente ligado a diversas pautas políticas como a questão da pobreza e concentração de riqueza, o desenvolvimento sustentável, o direito à terra, dentre inúmeras outras.

O crescimento de movimentos sociais rurais na América Latina não é um fenômeno surpreendente, e na realidade reflete a desigualdade na posse de terra no continente, resultado da política colonial aqui implementada desde o século XVI. Durante boa parte da história do Brasil e da América Latina, o trabalho rural era realizado por africanos e indígenas escravizados: na esteira dos movimentos abolicionistas que ocorrem entre o século XVIII e XIX, esse trabalho passa a ser realizado por trabalhadores remunerados. Entretanto, a posse da terra permaneceu concentrada nas mãos de poucas famílias, acentuando o abismo existente entre

estes e os trabalhadores rurais. Oliveira (2001) destaca ainda que no Brasil o capitalista e o proprietário de terra geralmente se fundem na mesma pessoa, processo que se inicia ainda no período da escravidão, mas se acentua no final do período imperial com a Lei de Terras, e, posteriormente, durante a Ditadura Militar em meados do século XX:

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade (OLIVEIRA, 2001).

A mecanização da indústria agropecuária a partir dos anos 70 resulta na desvalorização da mão de obra agrária e favorece o êxodo de trabalhadores rurais sem terra para os grandes centros urbanos, fenômeno que acentua também a pobreza urbana. Como resposta à crescente pobreza e a falta de acesso à terra, os trabalhadores rurais na América Latina começam a se organizar em movimentos sociais diversos. No Brasil, a organização de trabalhadores rurais começa a se fortalecer nos anos 80, e em 1984 é fundado o MST – Movimento dos Sem Terra (VANDEN, 2009). Esse movimento começa a se estruturar no sul do país, mas essa organização social rapidamente se reproduz em outros estados: atualmente o MST está presente em 24 dos 26 estados da federação (MST, 2022).

Para além da sua atuação no cenário nacional em prol da reforma agrária, contra o neoliberalismo e o agronegócio, o MST também integra uma organização global de movimentos coletivos de trabalhadores rurais, a Via Campesina. A expansão do MST, com o passar do tempo, ocasionou algumas mudanças em sua estrutura, e até mesmo na dimensão de sua luta política: entendido inicialmente como um movimento homogêneo de trabalhadores rurais, surgido a partir de uma organização em prol do objetivo comum de garantir acesso igualitário à terra, com o passar do tempo o MST passou a incorporar as demandas das diversas individualidades que compõem sua coletividade. Com isso, a luta emancipatória pelo acesso à terra foi interpelada também pela luta em prol da emancipação feminina, pela luta em prol da educação, entre outras (LEITE & DIMENSTEIN, 2010; SCHERER-WARREN, 2000):

Ademais, com as conquistas dos assentamentos, novas demandas surgiram para o próprio MST: escolas e estradas de qualidade, serviços de saúde, saneamento, acesso a créditos para condução dos lotes e aquisição de equipamentos e insumos. Provocado por tais questões, o movimento concluiu da necessidade de ampliar sua luta para além do acesso à terra. (LEITE & DIMENSTEIN, 2010)

(...)

Ademais, a própria expansão da luta do MST para além do argumento-terra constrói relações mais complexas internas ao movimento, bem como dinamiza e torna mais heterogêneos seus integrantes. Essa expansão da luta por terra por um projeto de transformação social mais amplo acaba acessando diversos indivíduos ou grupos portadores de uma dimensão subjetiva também de resistência ou contestação, que veem no MST um intercessor capaz de acolhê-los (LEITE & DIMENSTEIN, 2010)

Nesse sentido, cada vez mais o MST emerge como um movimento plural, que busca não apenas a reforma agrária, mas também incorpora em sua agenda política diversas outras pautas, tal e qual diversos outros movimentos sociais que ao longo dos anos ampliaram-se cada vez mais para abranger novas agendas. O movimento vai aos poucos se segmentando, criando setores organizados a nível nacional, a nível estadual e por acampamentos, incorporando as demandas específicas dos grupos a nível local. Atualmente o MST divide sua atuação nos seguintes setores: Frente de Massas, Formação, Educação, Produção, Comunicação, Projetos, Gênero, Direitos Humanos, Saúde, Finanças, Relações Internacionais, Cultura, Juventude e LGBT Sem Terra (MST, 2022). A própria existência desses setores evidencia que o MST compreende que os indivíduos possuem identidades outras para além da identidade de sem-terra. Hoje, a luta pela Reforma Agrária Popular que está no cerne da formação do movimento se expandiu para outros temas, tais como Cultura, Combate à violência sexista, Democratização da Comunicação, Saúde Pública, Desenvolvimento, Diversidade Étnica, Sistema Político e Soberania Nacional e Popular (MST, 2022).

Aqui cabe nos perguntar qual o papel das identidades de gênero e raça na construção da luta política dos trabalhadores rurais na atualidade? De que forma as demandas específicas desses sujeitos são incorporadas na luta camponesa dentro do movimento MST? Nos próximos tópicos buscaremos discutir como essas pautas se organizam politicamente, antes de avaliar seu rebatimento dentro do MST.

2.2. Igualdade de Gênero

De certa forma, podemos dizer que as questões de gênero começam a ser inseridas nos debates políticos sobre igualdade de direitos ainda no século XIX, a partir das lutas das sufragistas em prol do direito ao voto, mas se tornam mais acentuadas em meados do século XX, quando a mobilização feminina em prol de direitos se intensificou e se solidificou no movimento feminista. A partir de então, a questão da igualdade de gêneros, o papel social de homens e mulheres, a emancipação feminina – quer seja no aspecto econômico, social, político ou afetivo – se tornaram temas de debate de grande importância, tanto a nível acadêmico quanto dentro dos movimentos e organizações sociais.

Nesse sentido, o que é gênero? Seriam gênero e sexo termos sinônimos? As teorias e debates sobre gênero e sexualidade na sociedade contemporânea evidenciam diferentes perspectivas sobre o tema. Por muito tempo prevaleceu a perspectiva de que as diferenças entre homens e mulheres teriam origem na biologia, e que a violência e a dominação masculina, e o comportamento mais “dócil” e subserviente das mulheres ao longo da história poderiam ser explicados por questões como hormônios, cromossomos, entre outros fatores (GIDDENS, 2005). Embora a diferença biológica entre homens e mulheres seja um fato, ela não é significativa o bastante para explicar a diferença no papel social dos dois gêneros, além de ignorar completamente a existência dos indivíduos trans, cuja psiquê e sexo biológico estão em conflito (GIDDENS, 2005)

Mas se a diferença biológica não justifica as diferenças no papel de gênero, qual seria a explicação para esse fenômeno? Dentro dos estudos de gênero, parece mais aceita a teoria de que as diferenças de gênero resultam não da biologia, mas da sociabilidade dos indivíduos (as teorias psicológicas de gênero, como a freudiana, são fortemente criticadas, especialmente pelo movimento feminista). Nesse sentido, o indivíduo homem ou mulher apresenta determinados padrões de comportamento porque estes são impostos, isto é, desde o nascimento somos socializados de forma a reforçar determinadas características que são desejáveis no homem (determinação, coragem, força) e na mulher (docilidade, gentileza, compaixão). Embora essa teoria possa responder de forma mais satisfatória do que a diferença biológica, ela não explica os indivíduos que rejeitam o papel social imposto desde o nascimento, além de tratar os seres humanos como indivíduos passivos na construção de sua própria identidade (GIDDENS, 2005; MOORE, 2000).

Atualmente, a abordagem mais aceita sobre as questões de gênero entende que em vez de partir do pressuposto de que o sexo biológico é determinado, e o gênero aprendido socialmente, tanto um quanto outro deveriam ser entendidos como construção social (GIDDENS, 2005; MOORE, 2000; RAGO, 1998; VEIGA e PEDRO, 2019). Nesse sentido, partimos aqui do pressuposto de que o gênero é uma construção social, longe de ser determinado pela biologia ou pela psicologia:

O conceito gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. Gênero buscaria então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social (VEIGA e PEDRO, 2019).

O gênero é, portanto, uma construção social, assim como a desigualdade entre os gêneros é um fato cultural, historicamente construído. A hierarquização do gênero na sociedade ocidental existe desde seus primórdios – e de certa forma, ainda permanece, a despeito dos avanços conquistados em relação à emancipação feminina. O gênero permanece sendo, em quase todas as sociedades, um elemento significativo de estratificação social (GIDDENS, 2005; CHENSHAW, 2004). No contexto das lutas em prol da igualdade de direitos, o feminismo surge como um movimento organizado das mulheres em prol de sua emancipação política,

econômica e social. Busca discutir os papéis de gênero impostos a homens e mulheres, bem como as diferenças históricas no acesso a renda, educação, saúde, oportunidades de emprego, dentre outros fatores.

Entretanto, ainda que o feminismo tenha começado como um movimento mais ou menos homogêneo das mulheres, logo ficou evidente as diferenças nas desigualdades experimentadas por mulheres em diferentes contextos sociais, étnicos, entre outros. Comumente, o feminismo ocidental – na ânsia de apresentar respostas às questões da opressão da mulher, ignorava as nuances sociais e culturais que devem orientar esse debate. Em suma, muitas vezes a luta pela emancipação feminina não buscava compreender de que forma as diferentes mulheres em diferentes contextos sociais e culturais desejam se emancipar. Conforme foi brilhantemente colocado por Oyèrónkẹ Oyěwùmí, “As teorias ocidentais tornam-se ferramentas de hegemonia na medida que são aplicadas universalmente, partindo do pressuposto de que as experiências ocidentais definem o humano.” (OYÈRÓNKẸ OYĚWÙMÍ, 2021). Nesse sentido, tornou-se cada vez mais premente a necessidade de discutir as questões de gênero de forma interseccional, isto é, entendendo que tais questões são atravessadas por diversas outras, e que a experiência das mulheres com a discriminação não é homogênea (CRENSHAW, 2004). Crenshaw (2004) emergiu como uma importante voz na defesa de um feminismo interseccional, isto é, o feminismo que entende o papel de recortes como classe, etnia, educação, entre outros, na forma como as desigualdades são experimentadas por mulheres ao redor do mundo: “Por que é tão difícil incorporar essas questões de discriminação interseccional a algumas maneiras tradicionais de se pensar as discriminações racial e de gênero? Uma das dificuldades é que mesmo dentro dos movimentos feministas e anti-racistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos” (CHENSHAW, 2004). Nesse sentido, é importante entender a pluralidade de experiências em relação à desigualdade para compreender de que forma lutar contra a discriminação que atinge todas as mulheres, mas também contra a discriminação que atinge apenas as mulheres negras, ou indígenas, etc.

2.3. Diversidade Racial

Podemos dizer que o conceito de raça conforme conhecemos parte de uma abordagem científica já ultrapassada, baseada no que então era uma pseudociência tratada como ciência. A abordagem pseudocientífica que dividia os seres humanos em raças surge no século XIX, quando De Gobineau afirma que os humanos se dividiram entre brancos, negros e amarelos, sendo os brancos a raça mais capaz em termos de inteligência e moralidade, e os negros uma raça inferior, menos capaz intelectualmente e muito mais próxima dos animais: essa foi a base do racismo científico que perdurou no século XIX e se estendeu até o século XX. Essas teorias infundadas foram usadas posteriormente por Adolf Hitler para sustentar sua política de extermínio. Após a Segunda Guerra mundial, o conceito de diferenciação dos seres humanos em raças tornou-se cada vez mais discutido e rejeitado pela ausência de bases científicas que suportassem tais afirmações (GIDDENS, 2005);

Nesse sentido, não poderíamos falar em diferentes raças humanas: as diferenças genéticas entre negros e brancos, ou entre brancos e indígenas, ou entre indígenas e asiáticos não seriam o suficiente para considerar que esses grupos de indivíduos configuram diferentes raças (GIDDENS, 2005; GUIMARÃES, 2003). Nesse sentido, a raça não poderia ser encarada como um conceito biológico, mas como uma construção social: “O que são raças para a sociologia, portanto? São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)” (GUIMARÃES, 2003). Giddens (2005) define como racialização o processo pelo qual denominações raciais são aplicadas para classificar um grupo de indivíduos. Essa racialização em determinados momentos pode assumir formas institucionais (como no caso da escravidão ou do Apartheid sul-africano), mas também se manifestam em relações cotidianas. Assim, embora não tenha embasamento científico, o conceito de raça foi e ainda é utilizado para justificar a discriminação de indivíduos não-brancos, especialmente os negros.

No Brasil, a existência ou não do preconceito racial foi muito debatida ao longo dos anos, e até hoje ainda se encontram indivíduos que afirmam categoricamente que o preconceito racial não existe no Brasil, que tal seria impossível visto que a miscigenação foi um marco do nosso processo de desenvolvimento. Frases como “Como eu posso ser racista se meu bisavô é negro?” ou “Todo brasileiro tem um pé na cozinha” partem do mesmo entendimento: que não seria possível pensar em preconceito em um país tão marcado pela miscigenação. Guimarães (2003) afirma que por muito tempo no Brasil se utilizava muito mais o conceito de cor do que o conceito de raça. A raça havia sido utilizada no período da escravidão como justificativa para a

dominação branca sobre os negros, considerados os descendentes amaldiçoados de Caim. A organização social dos negros libertos teria contribuído para abrandar a retórica teológica da raça amaldiçoada, e a classificação dos indivíduos se dava pelo conceito de cor, não de raça (GUIMARÃES, 2003): “O modo de classificação por cor não fecha as portas para ninguém, não pesa quase nada nas oportunidades sociais, a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais” (GUIMARÃES, 2003, p. 101).

Outro aspecto que contribuiu também para a negação da existência da discriminação racial no Brasil foi o conceito de que no Brasil as relações raciais se desenvolveriam de forma igualitária: seria o conceito de democracia racial, que perdurou na sociologia por muito tempo. Entretanto, a noção de que o Brasil seria uma democracia racial foi aos poucos contestada e desafiada, especialmente (mas não exclusivamente) a partir da atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) nos anos 70. O MNU passa a reivindicar novamente a noção de raça, de origem consanguínea:

“Para o MNU, um negro, para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar sua raça. A idéia de raça passa a ser parte do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorreram também na cena internacional, que tornaram esse discurso bastante poderoso internamente (GUIMARÃES, 2003).

Ainda assim, para Guimarães (2003) as noções de raça e cor permanecem confusas e difusas na sociedade brasileira. Curiosamente, no Brasil a identidade do indivíduo como pertencente a uma determinada raça não é uma necessidade tão premente quanto nos Estados Unidos, por exemplo, em que a filiação a uma raça é fundamental dentro da vivência dos indivíduos (GIDDENS, 2005; GUIMARÃES, 2003). Ainda assim, é inegável que o preconceito racial existe, e muitas vezes de forma institucionalizada, traduzindo-se na diferença de acesso a renda, saúde, educação, na excessiva violência policial e mesmo no sendo comum que associa a população negra a criminalidade, e mesmo na permanência, entre alguns indivíduos, da concepção de que uma raça é superior a outra.

A pauta da diversidade racial, portanto, surge como uma reação às micro e macro agressões experienciadas pela população negra. Enquanto organização social, a pauta da luta contra o racismo se torna mais presente na sociedade brasileira a partir da atuação do Movimento Negro Unificado, mas acaba por se difundir entre outros setores, e outros movimentos sociais: assim, as pautas antirracistas começam a surgir nas discussões de gênero, cultura, liberdade religiosa, educação, saúde, economia, e, inclusive, nos debates sobre a desigualdade no acesso à terra e em prol da reforma agrária.

2.4. Igualdade de gênero e Diversidade Racial no MST

Neste ponto, cumpre-nos analisar de que forma as pautas identitárias se sobrepõem – ou não – a pauta da Reforma Agrária Popular defendida pelo MST. Primeiramente trataremos aqui da questão de Igualdade de Gênero. Segundo Santos e Betto (2021), o MST era, em suas origens, um movimento excludente em relação à participação feminina: desde os seus primórdios havia a noção dentro do MST de que a participação feminina não era necessariamente proibida, mas que as mulheres precisariam, antes, conquistar esse espaço, de preferência abrindo mão de quaisquer pautas ou reivindicações exclusivamente femininas: “Essa ideia de “conquista de espaço” leva a crer que esse espaço não é/era delas, ou, pelo menos, que não foi pensado para possibilitar a integração feminina” (SANTOS e BETTO, 2021). Por outro lado, o MST se coloca como um movimento que desde os seus primórdios encorajou a participação de indivíduos: “Desde a sua criação, o MST assume como desafio e compromisso a participação de todas e todos os sujeitos no processo de luta. Desta forma, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são protagonistas de sua própria história (MST, 2022).

Santos e Betto (2021) afirmam que os avanços nas pautas de gênero no MST se devem em muito à mobilização das mulheres camponesas, que ao longo das últimas décadas conquistaram o aumento da participação feminina em cargos de liderança, o incentivo à criação de espaços e subsídios para que as mulheres mães pudessem participar das lutas políticas, a criação do Setor Nacional de Gênero para discutir as pautas de paridade de gênero, dentre outras:

A criação do Setor de Gênero, em 2000, ampliou e aprofundou esta tarefa de debate, formação e luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza. Compreendendo que o patriarcado e o racismo são bases de sustentação da violenta ordem do capital, cabe ao Setor de Gênero atuar nas diversas dimensões da vida dos sujeitos que compõe nossa organização, da base à militância. Ao impulsionar a transformação das relações político organizativas, da cultura, das condições econômicas e subjetivas, pretende-se fortalecer nosso projeto de Reforma Agrária Popular, feminista e antirracista (MST, 2022).

O fortalecimento do debate feminista dentro do movimento se intensifica justamente a partir dessa mobilização e dos debates por ela gerados, bem como pela influência de movimentos como o Mulheres Camponesas, que aproxima a pauta feminista da pauta da reforma agrária. O Movimento Mulheres Camponesas também se posiciona como um importante articulador da luta das mulheres camponesas, e surge como uma reação à falta de participação das mulheres nos debates sobre o trabalho rural. O MMC foi o primeiro movimento a colocar em pauta o chamado feminismo camponês e popular, entendido no contexto do feminismo interseccional como um movimento que articula as lutas específicas das mulheres do campo, que embora tangenciem alguns aspectos do feminismo urbano, possui suas particularidades (SANTOS e BETTO, 2021).

O crescimento da participação feminina no MST, somado aos debates surgidos em encontros regionais e nacionais resultou em uma crescente conscientização, dentro do próprio movimento, sobre as questões de gênero e as violências experimentadas pelas mulheres. Uma pesquisa desenvolvida por Rosa e Silva (2015) aborda a questão da construção do sujeito político dentro do movimento social, a partir da perspectiva de vida de uma militante do MST. Os pesquisadores iniciam o artigo conceituando as ideias de drama em Vigotski e de práxis política de Gramsci, buscando estabelecer uma relação entre as transformações psicológicas que o indivíduo vivencia ao longo de sua existência, e os sentidos que o indivíduo dá às suas próprias experiências, e relacionando-as à construção como sujeito político, entendendo que a participação política é um processo inevitável e inerente à existência do homem enquanto parte de uma sociedade. Ao aliar esses conceitos, os autores inferem que as ações dos sujeitos políticos enquanto práxis conformam e ao mesmo tempo são conformadas por suas experiências subjetivas em seus aspectos sociais, afetivos e cognitivos.

A partir dessa conceituação inicial, os autores apresentam o sujeito da pesquisa, uma militante do MST denominada Maria ao longo do artigo para garantia de seu anonimato. A pesquisa desenvolvida para o artigo foi realizada através de entrevistas – inicialmente uma narrativa de história de vida, e posteriormente uma entrevista semiestruturada. Ao longo das entrevistas, os pesquisadores puderam conhecer inicialmente a trajetória da participante do estudo, antes do ingresso no MST – mulher casada, dedicada ao serviço doméstico e o cuidado dos filhos, que fora impedida pelo marido de ingressar no mercado de trabalho, e que vivia em uma relação de gênero marcada pela submissão.

Ao longo das entrevistas, a participante narra sua história de contato com o MST – contato este que era inicialmente pautado pela percepção do movimento a partir de uma visão pejorativa, isto é, de que os integrantes do movimento seriam criminosos e violentos – e posteriormente sua própria integração no movimento. Para Maria, o ingresso no MST foi um ponto de mudança, não apenas de sua forma de vida, mas de sua consciência política e sua de si mesma: a partir de sua tomada de consciência sobre a importância da luta do movimento, Maria passa a se enxergar como sujeito político, assume a militância como parte de sua práxis diária, o que também causa transformações psicológicas profundas em sua autoestima e nas suas relações sociais e familiares. Segundo Rosa e Silva (2015,p.54):

Em outros momentos, a autonomia da atuação de Maria na esfera pública estava quase que exclusivamente nas mãos do marido. Agora a Maria-esposa possui outros poderes, influenciada pela práxis da Maria-militante. No interior da família da entrevistada, houve uma alteração das relações políticas, das relações de poder. As relações de gênero não se configuram mais como apenas uma submissão de Maria como mulher, mas demonstram significativos potenciais de transformação (ROSA E SILVA, 2015, p.54).

O processo de transformação pelo qual a participante do estudo passou a partir de seu ingresso no movimento social, e como a luta política influenciou também outras esferas da existência de Maria – enquanto esposa, mãe, mulher – evidenciando o caráter transformador e emancipatório da mobilização política. Nesse sentido, é importante reforçar o papel do próprio movimento no combate à desigualdade, que passa pela

integração cada vez maior de mulheres ao movimento, mas também nos debates sobre o próprio papel da mulher na sociedade e na militância, e as discriminações diversas experimentadas pelas mulheres na sociedade:

As diversas formas de opressão de gênero afetam diretamente a vida das mulheres, que continuam sendo as que recebem remuneração inferior no mercado de trabalho, realizam dupla, às vezes, até tripla jornada de trabalho, além de sofrerem as diversas formas de violência de gênero, por parte dos homens, como o assédio sexual e a violência física. Dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) revelam que, no Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é agredida fisicamente por um homem; 70% delas sofrem a agressão do próprio parceiro (marido, namorado, companheiro, etc.). Quando olhamos para as mulheres negras, a realidade é ainda mais dura, seus salários são ainda menores, enquanto a violência somente cresce. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018, sendo que 61% delas era negra (MST, 2022).

O avanço das pautas feministas dentro dos movimentos de reforma agrária pode ser creditado à mobilização das mulheres camponesas, que ao longo das últimas décadas buscaram trazer as discussões de gênero para os espaços de discussão da reforma agrária, reivindicando a legitimidade de suas demandas e de sua participação, evidenciando que a luta revolucionária da população camponesa deve ser também uma luta por igualdade de gênero, e reforçando a importância da mobilização social e da educação em prol da igualdade nesse processo:

O que vemos na construção do feminismo camponês e popular são mulheres camponesas, historicamente responsáveis pela segurança alimentar de suas famílias, que defendem que isso seja parte de um projeto de sociedade. Mulheres que compreendem que violência de gênero implica a necessidade de falar sobre gênero para alcançar uma sociedade igualitária. Mulheres que, a partir de experiências de cuidado com a vida, acreditam que a vida deve ser defendida em suas mais variadas formas (SANTOS e BETTO, 2021).

Analisando as questões de raça, vemos que a noção da luta antirracista está presente no discurso do MST, mas não em sua organização: as pautas de raça parecem ser tratadas especialmente dentro de outros setores, não havendo um setor específico para pautar o debate. Analisando o que o movimento chama de bandeiras, ou seja, as pautas defendidas pelo MST, vemos que as questões étnicas estão presentes em seu discurso:

Queremos ser uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros, com democracia econômica, social, política e cultural, como já determinou a Constituição Brasileira de 1988, mas é ignorada na realidade da economia e na prática dos três poderes constituídos. No Brasil sabemos que existe um histórico de ampla discriminação baseada em tipos físicos, cores e cultura. Os casos mais candentes são em relação ao povo negro e ao povo indígena. Por isso, é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também entendemos ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, sexo, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural. Para nós é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos (MST, 2022).

Conforme visto anteriormente, a noção de cor se sobrepôs à de raça no discurso sobre a diversidade no Brasil, e a noção de raça só foi ativamente reivindicada a partir da atuação do Movimento Negro Unificado (GONÇALVES, 2003). Nesse sentido, vemos que o próprio discurso do MST em relação à igualdade racial não utiliza o conceito de raça. É possível que isso seja resultado de uma rejeição ao conceito científico de raça, que, conforme já vimos, nasceu de um discurso que buscava legitimar práticas racistas. Entretanto, parece haver um descompasso entre a forma como o conceito de raça é abordado no MST, se comparada ao MNU, que há décadas vem denunciando o racismo institucionalizando e conclamando os indivíduos a reivindicarem a noção de raça, entendida não como conceito biológico, mas como conceito social.

Magrini *et al* (2013) e Ferreira (2013) afirmam que a questão racial é pouco debatida e pouco explorada dentro do MST, sobretudo se comparada a outras temáticas que se encontram mais avançadas, como a questão

de gênero. Uma pesquisa realizada por Souza (2017) sobre a participação negra no MST, através de entrevistas com militantes durante encontros realizados na Bahia, aponta que mesmo dentro do MST existe o reconhecimento de que a atuação do movimento em prol da equidade racial é insuficiente:

Então o MST vem discutindo essa questão da diversidade sexual, do gênero, da mulher, da juventude, e o que está por trás disso mesmo é a questão do ser humano dentro do Movimento. Ai quando a gente se depara com o debate da questão racial, a gente não constitui e olha que nosso movimento é formado exatamente por negros e negras, por pobres marginalizados pelas pessoas que sempre ficaram estiveram a margem dessa sociedade desde a invasão desse país. Então é um debate necessário, é uma temática que a gente precisa dialogar não só na base, especialmente nas nossas instâncias de direção para construir uma posição política frente ao massacre e ao genocídio que a população tem hoje, não só no nosso país mas no mundo a questão da escravidão, do preconceito, do racismo que é uma questão que já está impregnada na sociedade. (ROCHA, 2017, *apud* SOUZA, 2017).

Eu acho que esse é um desafio, essa questão do debate da questão racial. O nosso Movimento, inclusive o povo negro do MST que é a nossa base social, sua imensa maioria, não conseguiu ainda compreender que lutar pela terra é também lutar para combater o racismo. Acho que nós precisamos fazer com que as pessoas tenham a consciência da história e da trajetória, que possam ter essa compreensão de que são lutas que não se separam. (MATOS, 2017, *apud* SOUZA, 2017).

Na pesquisa supracitada, os militantes Márcio Matos (2017, *apud* SOUZA, 2017) cita que a origem do MST como movimento organizado por trabalhadores rurais da região sul do país talvez explique o motivo das pautas raciais não terem sido devidamente incorporadas ao movimento, uma vez que esse debate não seria tão presente no Sul do país como nas regiões onde há maior presença da população negra. Esse posicionamento é reforçado nas falas de Eudes Queiroz (2017, *apud* SOUZA, 2017), Valmir Assunção (2017, *apud* SOUZA, 2017) e Vera Lúcia Barbosa (2017, *apud* SOUZA, 2017):

Você vai visitar os quilombos, é um espaço aonde as pessoas se organizam e se definem como negros e negras, se organizam com tal, o que a gente ainda não conseguiu foi chegar nesse estágio. Não tem tanta diferença visual, agora a gente não avançou ainda na estruturação na temática, em está inserindo essa temática racial em torno dos eventos. Acho que a gente tem avançado muito na prática, a gente acaba fazendo a luta racial na prática, na medida aonde a gente faz um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas se surgem como sujeitos e começam a se ver como ser humano naquela cidade e vão para feira com produtos da Reforma Agrária. Então você resgata a auto estima da pessoa como pessoa enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõe. Mas a gente ainda precisa organizar o debate da temática. Se a gente organizar ideologicamente pra fazer esse debate, coisa que os movimentos urbanos já avançaram muito mais, o movimento negro tem uma militância muito importante, diversas lideranças importantes que eles se impõe, tem a auto estima bastante elevada e organiza o debate, faz o debate ideologicamente coisa que a gente precisa avançar. (BARBOSA, 2017, *apud* SOUZA, 2017).

Podemos perceber que dentro próprio Movimento Sem Terra existe reconhecimento da necessidade de avançar mais as pautas raciais. Embora a pesquisa de Souza (2017) seja uma pesquisa realizada dentro de um recorte geográfico muito específico – encontros regionais e acampamentos na Bahia – ela evidencia a falha do movimento em articular as necessidades da população negra com as lutas camponesas. De fato, como observado nas entrevistas, a articulação das pautas específicas dos trabalhadores rurais negros é feita muito mais pelas populações quilombolas do que pelo MST. Ainda que o movimento tenha surgido em sua origem da organização dos camponeses da região sul do país, era esperado que na atualidade, em que o movimento se faz presente em diversas regiões do país – inclusive em estados com maior população negra – houvesse maior articulação do movimento em torno de pautas raciais. A lacuna observada nas pesquisas citadas é paradoxal,

especialmente levando em consideração que a população negra constituiu, historicamente, a principal força de trabalho agrária no Brasil durante o período colonial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era realizar um histórico sobre como se estruturam pautas identitárias, tais como o feminismo e a luta contra a desigualdade racial, no escopo da luta camponesa pela Reforma Agrária realizada pelo MST. Para tanto, partimos de um trabalho de revisão bibliográfica que buscou analisar as questões de identidade e autoidentidade na sociedade contemporânea, bem como trabalhos com enfoque nos debates em torno de pautas identitárias como a igualdade de gênero e a diversidade racial. A partir dessa análise pudemos perceber que a reflexividade da alta modernidade faz com que os indivíduos articulem suas vivências a partir de um sentido profundo de autoidentidade, o qual confere um nível de segurança ontológica diante das incertezas de um mundo em constante transformação. Por outro lado, observa-se também a fragmentação da unidade coletiva das lutas políticas em pautas cada vez mais individualizadas, condizentes com a pluralidade cultural de um mundo em que os sujeitos se entendem a partir de suas múltiplas identidades, enquanto pertencentes a um gênero, raça, etnia, classe social, dentre outros aspectos.

A análise dos debates em torno da igualdade de gênero e diversidade racial apontam que estas questões têm se tornado cada vez mais presentes, tanto nas discussões teóricas e acadêmicas quanto nas reivindicações feitas por movimentos sociais. A visibilidade cada vez maior destas pautas reflete uma sociedade que busca cada vez mais atingir ideais de democracia e igualdade, superando as micro e macro violências e a dominação hierárquica de grupos majoritários sobre outros grupos, historicamente mais fragilizados e vulneráveis. Essa articulação em torno de pautas democráticas – e o entendimento de que a democracia e a justiça social passam pelo enfrentamento de todas as formas de discriminação – tem influenciado a organização do Movimento Sem Terra, que embora tenha surgido em torno da pauta da Reforma Agrária, atualmente congrega diversas outras pautas, resultado da expansão que confere ao movimento um aspecto cada vez mais heterogêneo.

O avanço das pautas de Igualdade de Gênero no MST foi muito significativo nas últimas décadas, em que os debates sobre o gênero, e a própria participação feminina se acentuaram: nesse sentido, não existe mais a noção previamente adotada pelo movimento de que as mulheres poderiam participar desde que conquistassem seu espaço, isto é, desde que aceitassem o movimento tal e qual ele era – um movimento de organização e atuação majoritariamente masculinas – em vez de buscar visibilidade para suas pautas específicas. Atualmente, após décadas de luta do campesinato feminino, o movimento defende a importância de pensar gênero para além das relações historicamente construídas, entendendo o papel da mulher na sociedade contemporânea e suas demandas legítimas. Nesse sentido, houve um significativo avanço que permite às mulheres camponesas articular suas lutas em prol da igualdade e respeito com a sua luta por acesso à terra.

Entretanto, analisando a questão das pautas raciais, é possível perceber uma significativa lacuna: as pautas raciais são pouco exploradas dentro do movimento, e embora em seu discurso o MST se coloque como um movimento que luta pela equidade e contra a discriminação, no âmbito da diversidade racial o movimento falha em não se posicionar de forma mais incisiva, além de não haver organização específica em setores, como ocorre com outras pautas como a questão de gênero, educação, direitos humanos, juventude, entre outros. Essa lacuna prejudica a articulação dos militantes negros em termos de sua identidade racial, além de apresentar um descompasso entre o discurso do movimento e sua atuação na prática.

A luta pela equidade de acesso à terra, em prol da reforma agrária e contra a desigualdade precisa articular as demandas da justiça social como um todo: em um mundo em que os indivíduos cada vez mais se reconhecem a partir de suas múltiplas identidades, e que a vivência política dos indivíduos é realizada a partir destas, os movimentos sociais têm o desafio de se colocar como espaços que incorporem lutas e demandas cada vez mais plurais. Talvez esse seja o desafio atual de movimentos como o MST: ampliar o escopo de sua luta para abarcar cada vez mais as demandas individuais dentro da construção coletiva da luta pelo acesso à terra, sem perder de vista a luta que está no cerne de sua existência.

REFERENCIAS

COSTA, Maria Isabel Sanches. IANNI, Aurea Maria Zölner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018. Disponível em < <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953.pdf> > Acesso em 09 de nov. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

FERREIRA, Fred Igor Santiago. A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro". Londrina, 2013. Disponível em < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_fred_GI.pdf > Acesso em 12 de nov. 2022

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

_____. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. In: Psicologia & Sociedade, 27(1), 47-57.

LEITE, Jader Ferreira. F. DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. Psicologia & Sociedade; 22 (2): 269-278, 2010

MAGRINI, Pddro Rosas. LAGO, Mara Coelho de Souza. MINELLA, Luzinete Simões. A subalternidade da discussão de gênero interseccionada à de raça nos trabalhos acadêmicos sobre o MST. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Acesso em < http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373325411_ARQUIVO_ArtigoCompletoF_G10-PedroRosasMagrini.pdf > Acesso em 15 de nov. 2022

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: Cadernos Pagu (14) 2000: pp.13-44.

MST. Site do Movimento Sem Terra, 2022. Apresentação. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/#apresentacao>> Acesso em: 05 de nov 2022.

MST. Site do Movimento Sem Terra, 2022. Bandeiras. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/#bandeiras>> Acesso em: 05 de nov 2022.

MST. Site do Movimento Sem Terra, 2022. Setores. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/#setores>> Acesso em: 05 de nov 2022.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ . A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Ed. Bazar do Tempo, 2021

PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero In: Cadernos Pagu (11) 1998: pp.89-98

ROSA, Leandro Amorim, SILVA, Ana Paula Soares (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. Revista Psicologia & Sociedade, 27(1), 47-57.

VANDEN, Harry E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. Revista NERA Presidente Prudente Ano 12, nº. 14 pp. 63-71 Jan-jun./2009

VEIGA, Ana Maria. PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: Dicionário crítico de gênero. Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi, org. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais Rurais no mundo Globalizado: o caso do MST. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 24, Novembro 2000

SOUZA, Raumi Joaquim. Terra, Raça, Classe e Estratégia: a luta pela Reforma Agrária na Bahia e a Questão Racial. In: Segundo Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Salvador, 2017. Disponível em <https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2_raumisouza.pdf> Acesso em 16 de nov. 2022.